



Inspeção extra

O Tribunal de Contas do Estado aprovou uma inspeção extraordinária em licitações realizadas pela Prefeitura de Campo Maior. O TCE-PI já havia alertado que não aprovaria os contratos realizados sob o argumento do decreto de emergência decretados por alguns prefeitos.

Adiamento

O conselheiro Luciano Nunes tinha pedido vistas do processo de subconcessão dos serviços da Agespisa em Teresina. Ele teria duas sessões para devolver o processo como o seu parecer. Devido a problemas de saúde, com licença médica de quinze dias, o parecer deve demorar um pouco mais. Algo em torno de mais uma semana, para a sessão seguinte a prevista anteriormente.

LICITAÇÃO

TCE suspende contrato de R\$ 516 mil em Parnaíba

Luciano Coelho
Editor de Política

O procurador do Ministério Público de Contas, do Tribunal de Contas do Estado, Plínio Valente, solicitou ao plenário do Tribunal a suspensão do pagamento de um contrato no valor de R\$ 516 mil firmado com a Prefeitura de Parnaíba para a aquisição de softwares para atividades administrativas com o treinamento de pessoal.

Segundo o procurador, houve uma contratação direta, sem licitação, para a compra desse software. Plínio Valente recomendou ainda que além da suspensão do pagamento, o prefeito de Parnaíba, Mão Santa, encaminhe ao TCE-PI, num prazo de 10 dias, a



Mão Santa é advertido pelo Tribunal de Contas do Estado

documentação necessária para comprovar a legalidade da contratação.

O pedido de Plínio Valente foi aprovado por unanimidade dos conselheiros no plenário do TCE-PI. Um

ofício já foi expedido para a Prefeitura de Parnaíba se manifestar sobre o contrato. A equipe da divisão técnica do Tribunal de Contas vai analisar a documentação para auferir a legalidade

de da contratação.

A Prefeitura de Parnaíba foi procurada pela reportagem do jornal **Diário do Povo**, mas não foi possível o contato até o fechamento desta edição.

REEXAME

TCE suspende ato de demissão de 106 servidores no Piauí

Após pedido de reexame pelo prefeito de Massapê, Chico Carvalho (PP), o conselheiro substituto do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Delano Carneiro, decidiu suspender os efeitos do ato disposto pelo órgão de controle, que anulava a nomeação de 106 servidores em âmbito municipal.

No entanto, o imbróglgio envolvendo a legitimidade do concurso público realizado pela administração municipal em 2009 não foi concluído, a questão voltará a ser analisada pelos conselheiros no que tange ao mérito, assim, há a possibilidade de uma nova reviravolta.

Para embasar o reexame, Chico Carvalho sinalizou que a notificação do resultado do julgamento pela suspensão das nomeações padece de nulidade, porquanto, houve equívoco em relação a notificação de Luíza Cecília de Carvalho, uma vez que no exercício financeiro de 2016, a referida gestora não era mais prefeita municipal. A decisão monocrática vem menos de um mês após o atual gestor convocar os servidores públicos para uma reunião e anunciar o cumprimento da determinação.

Na ocasião, o atual prefeito destacou para a obrigato-



CHICO CARVALHO teve pedido de reconsideração aceito

riedade no cumprimento da decisão, tendo em vista que caso descumprisse a medida, seria responsabilizado por 'erros' da gestão anterior. A anulação dos atos de admissão do concurso público pelo TCE se deu após a verificação do não cumprimento de itens indispensáveis na legislação no que tange a realização de um certame para contratação de servidores.

Outras ações com teor similar tramitam na Corte de Contas, um dos casos foi na cidade de Matias Olímpio, em que o prefeito Fogoio (PSD), cumprindo ato do TCE, determinou a sustação de qualquer ato de nomeação e posse de candidatos aprovados em concurso público realizado em

2016 na cidade. Para tomar a decisão, o líder local lembrou os limites de gastos com pessoal impostos pela legislação. "O concurso realizado na gestão do ex-prefeito municipal Antônio Rodrigues Sobrinho não atendeu as determinações legais exigíveis para o caso no que diz respeito ao índice de gastos com pessoal acima do permitido por lei", apontou nas considerações. Além do gestor de Matias Olímpio, o prefeito Alvimar Martins (PP) também decretou a exoneração de pessoal. Com o ato ficaram anulados todos os atos administrativos praticados pelo município de Pedro II referentes a nomeação de 34 servidores. (F.T.)

Prefeita Doquinha é acusada de fazer nomeações por critérios políticos

A prefeita foi denunciada ao Tribunal de Contas. A conselheira Lilian Martins será a relatora do processo.

BÁRBARA RODRIGUES

19/03/2017 @ 15h00 - atualizado @ 15h02

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

Servidores da prefeitura de Colônia do Gurgueia ingressaram no Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) com denúncia contra a prefeita Alcilene Alves de Araújo, mais conhecida por Doquinha, após ela realizar a exoneração de servidores que foram aprovados em teste seletivo. Os denunciantes apresentaram uma lista com 90 nomes de pessoas que teriam sido nomeadas de forma irregular.

Eles afirmam na denúncia que o teste seletivo foi realizado em 2015 e que no início do ano de 2016 eles foram empossados. Acontece que em dezembro do ano passado o teste seletivo foi prorrogado, mas que mesmo assim, a prefeita Doquinha resolveu exonerar todos os aprovados.

“A nova gestora do município no início de seu mandato em 2017, exonerou sumariamente todos os seletistas que estavam em atividade, mesmo com a necessidade de nossos serviços e, alegando verbalmente que tal concurso não teria validade sem informar quais suas irregularidades, onde fomos substituídos por cidadãos que acreditamos não ter suas qualificações para o exercício das funções”, disse.

Na denúncia consta que a prefeita Doquinha estaria colocando pessoas que não são qualificadas para assumirem os cargos que ficaram vagos após eles serem exonerados. “Muitas atividades incorporadas aos cargos são inerentes às devidas qualificações, onde citamos, por exemplo, o caso dos motoristas de ônibus escolares, que para tanto requer que o profissional tenha CNH específica para o exercício da função, o que não ocorre, haja vista que no primeiro momento os novos condutores já provocaram acidente de trânsito (batida em poste), colocando em risco a integridade física dos alunos”, afirma.

Os denunciantes acreditam que foram exonerados para que a prefeita pudesse colocar pessoas através de critérios políticos para os cargos. “Acreditamos desta forma que os cargos que ocupávamos agora fornecidos para estes novos servidores sem nenhum critério técnico ou profissional legalmente obrigatórios, venha a ser através de critérios políticos, ou ainda pior, compromissos assumidos durante a campanha eleitoral”, explicaram. A denúncia foi apresentada no dia 24 de fevereiro e a conselheira Lilian Martins será a relatora.

Outro lado

Procurada pelo **GPI**, a prefeita Doquinha não foi localizada para comentar o caso.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/prefeita-doquinha-e-acusada-de-fazer-nomeacoes-por-criterios-politicos-410101.html>

Robert Rios diz que organização criminosa quer gerir Agespisa

“A empresa que ganhou a licitação para comprar a Agespisa não passa de uma organização criminosa que está sendo investigada em vários estados”, disse Robert Rios.

GERMANA CHAVES

19/03/2017 © 08h05 - atualizado © 08h06

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O deputado estadual e líder da oposição na Assembleia Legislativa do Piauí, Robert Rios Magalhães (PDT), em entrevista ao **GPI**, disse que “organização criminosa” quer comprar a Agespisa. O parlamentar lembrou que a **empresa Aegea**, que venceu a licitação, enfrenta processos investigatórios em vários estados brasileiros e que, portanto, não estaria apta a gerir os serviços da empresa local.

“A empresa que ganhou a licitação para comprar a Agespisa não passa de uma organização criminosa que está sendo investigada em vários estados. A empresa vai administrar apenas o filé que é a área urbana, mas o abastecimento no interior, que também é péssimo, vai permanecer com a Agespisa”, criticou Rios.

Entenda o caso

O **Governo do Estado do Piauí** iniciou em 2016 o processo de subconcessão dos serviços da Agespisa. Foi realizada uma licitação para contratação de empresa por um período de 31 anos e esta terá por obrigação que investir R\$ 1,7 bilhão em abastecimento e esgotamento de água na zona urbana de Teresina.

O certame licitatório contou com a participação da Águas do Brasil S/A, da **Aegea Saneamento** e do consórcio Poti. Antes do processo licitatório ser finalizado, a Águas do Brasil ingressou no Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) com uma denúncia alegando que a licitação estava sendo realizada com o objetivo de beneficiar as demais empresas, sobretudo, a Aegea.

Em dezembro, o Governo anunciou como vencedora a Aegea, mas o Tribunal de Contas determinou que o Governo apenas realizasse a contratação da empresa após o julgamento da denúncia.

Adiado

Nesta quinta-feira (09), após pedido de vistas do conselheiro Luciano Nunes, o TCE adiou o julgamento contra a licitação para subconcessão da Agespisa.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/robert-rios-diz-que-organizacao-criminosa-quer-gerir-agespisa-410578.html>

Advogado denuncia ex-prefeito Chiquinho ao Tribunal de Contas

A denúncia foi feita na última quarta-feira (08) pelo advogado Andrei Furtado Alves.

RAISA BRITO

17/03/2017 @ 14h01 - atualizado @ 14h10



O advogado Andrei Furtado Alves denunciou ao Tribunal de Contas o ex-prefeito de Gilbués, Francisco Pereira de Sousa, mais conhecido como Chiquinho e o ex-controlador do município, Eliseu Miguel Silva. A denúncia foi feita no dia 08 de março. O relator é o Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva.

De acordo com o advogado, Eliseu Miguel da Silva, concursado no cargo de operador de microcomputador, exerceu o cargo de controlador do Município de Gilbués desde o exercício de 2013 e que em 07 de janeiro de 2016 foi novamente reconduzido ao cargo.

“Não haveria irregularidades no exercício do cargo de controlador pelo denunciado, pois o mesmo é concursado. Porém a irregularidade existente é o fato de o servidor designado para o cargo de controlador do Município, receber proventos como controlador do município (R\$ 3.100,00) e operador de microcomputador (R\$ 784,57), tendo, inclusive, recebido horas extras pelo exercício da função de operador de microcomputador. Tal irregularidade desrespeita frontalmente os princípios administrativos constitucionais”, denunciou o advogado.

O advogado pediu que o órgão receba a denúncia, a oitiva do Ministério Público de Contas para que se pronuncie sobre a denúncia, que seja calculado e atualizado o montante recebido irregularmente pelo servidor público, para que seja devolvido o valor corrigido e atualizado aos cofres do Município de Gilbués e o envio de ofício Ministério Público Estadual para que possa instaurar ação de improbidade administrativa contra os denunciados.

Outro lado

Procurados pelo **GPI**, o ex-prefeito Francisco Pereira e o ex-controlador Eliseu Miguel não foram localizados para comentarem a denúncia.

Investigação no MPF

O Ministério Público Federal, por meio do procurador Humberto de Aguiar Júnior, **abriu inquérito civil para investigar irregularidades no fornecimento de merenda escolar nas escolas do município de Gilbués, na gestão do ex-prefeito Chiquinho**, no ano de 2016.

A denúncia é de má qualidade no fornecimento de merenda escolar e que há unidades escolares que ficaram até 15 dias sem fornecimento de provisões, como as escolas das comunidades Limpão e Fezagui, além da escola São José, na comunidade Pindaíba.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/advogado-denuncia-ex-prefeito-chiquinho-ao-tribunal-de-contas-410691.html>

